

O PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO URBANA DE UMA CIDADE DO OESTE PAULISTA: SÃO PAULO DOS AGUDOS

Nilson Ghirardello ¹

GHIRAGDELLO, N. O Processo de configuração urbana de uma cidade do Oeste Paulista: São Paulo dos Agudos. Revista Educação Gráfica, Bauru, v2, n.2, p57-66, 1998.

ABSTRACT

This work intends to show the urban settlement process of a typical city in the west of São Paulo State, named São Paulo dos Agudos, which is today called Agudos. This is a relevant study because it shows the usual proceedings for the creation of an urban space at end of the 19th Century. From the possession of the land to its street design, as well as its transformation with the arrival of the railroad .

Key Words: Agudos, Urbanization, History, Railway, Urban design.

Palavras-Chave: Agudos; urbanização; história; ferrovia; traçado urbano

¹ Professor Mestre do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC UNESP – Bauru SP, Doutorando na FAU – USP.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende mostrar o processo de formação urbana de uma típica cidade do oeste paulista, São Paulo dos Agudos, atualmente Agudos. Consideramos relevante o estudo, por mostrar os procedimentos habituais para criação de um espaço urbano no final do século XIX, desde a posse do solo até seu arruamento, bem como sua transformação com a chegada da ferrovia.

OS PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS

Se um fazendeiro, ou um grupo deles, oferecia terras a uma Igreja ou Santo para se organizar o núcleo inicial de um novo aglomerado, estaremos diante de um patrimônio, ou capela, como também podia ser chamado.

Os interessados em nele se fixar o faziam pelo aforamento ou doação, em geral estes tinham como única opção viver de forma gregária prestando serviços, especialmente os relacionados com os doadores das glebas.

“Os grandes concessionários de terra desfaziam-se eventualmente de pequena parte do que tinham para atender a população não possuidora de chão e para se valer de sua instalação gregária próxima, produtiva e consumidora”.(Marx 14, 1991).

Esse sistema de aforamento ou doação funciona de forma perfeita até o final do século XIX quando as terras urbanas doadas pela Igreja incorporam um estranho sistema misto de aforamento e vendas concomitantes.

Se a liberação capitalista da terra rural acontece de forma rápida, logo após a lei de terras de 1850, em relação a terra urbana o processo parece ter se dado de

forma mais lenta, em especial nas cidades e vilas pouco importantes. É no final do século XIX, em especial após a república, e a separação legal do Estado e a Igreja, que as terras dos patrimônios religiosos passarão a ser comercializadas. (Ghirardello 12, 1992).

A valorização imediata das terras vizinhas a patrimônios bem sucedidos foi motivo de sua doação, além da proximidade de povoados garantirem aos proprietários rurais maior segurança quanto ao abastecimento, assistência médica, educacional e religiosa.

Portanto, foram os patrimônios religiosos, na falta de política de ocupação planejada, os geradores da maior parte das cidades dessa região do Estado, algumas se transformando em núcleos importantes, diversas não chegando a vingar, sem qualquer ocupação urbana, outras galgando algum estágio de povoamento, porém entrando logo em declínio após o crescimento das cidades vizinhas.

Na ata de Lençóis de 29 de janeiro de 1887 são citadas três:

“(...) que havendo neste município entre um perímetro de trez léguas, trez patrimônios dados pelo finado Manoel Antônio do Espírito Santo e sua mulher e um filho de nome José Antônio do Espírito Santo este patrimônio dado para Nossa Senhora Rainha dos Anjos e outro duado pelo cidadão Vicente de Castro Pereira e sua mulher como com denominação de capella de São Vicente outro duado pelo cidadão Faustino Ribeiro da Silva e sua mulher a Nossa Senhora da Conceição no lugar denominado Gravinote, (...)”. (Brasil 1, 1887).

Além deste último, Faustino Ribeiro dos Santos doa terras que formarão as cidades de Piratininga, Presidente Alves e a que motiva este estudo, Agudos.

Faustino como outros grandes proprietários de terras, sabia que além de

valorizarem as terras contíguas, os patrimônios quando transformados em vilas ou cidades seriam pólos de atração ideal para as ferrovias e estas, por sua vez, valorizariam ainda mais as propriedades rurais.

DE BAIRRO A COMARCA

Faustino e sua mulher doam, em 11 de maio de 1894, ao apóstolo São Paulo 33 hectares e 88 acres de terras de uma de suas fazendas ao patrimônio de São Paulo dos Agudos, transcrevemos um trecho:

“Principiando a divisa, do mesmo terreno doado pelo veio d’água de uma morada pertencente aos doadores do lado nascente e continuando até preencher o número de alqueires e frações que resultarão da divisão dos trezentos mil réis de legítima de conformidade do valor atribuído a cada alqueire no inventário referido e sua avaliação, divisas que serão marcadas de acordo com a autoridade eclesiástica”. (Marco 13, 1978).

A gleba doada estava localizada numa região baixa, sujeita a geada, inadequada para o plantio do café que ocupará em maior escala as alturas da serra de Agudos. Esta área esta situada num

“(…) terreno ondulado, produto de área típica de depressão, dentro do quadro geomorfológico de ‘cuestas’. O homem procurou a depressão para estabelecer a cidade. O reverso dessa segunda linha de ‘cuestas’ foi utilizado para a plantação do café”. (Rocha 19, 1988).

Faustino que era político atuante, vereador da Câmara Municipal da cidade de Lençóis, já havia proposto vários benefícios aos diversos bairros nos quais possuía terras e que ainda estavam agregados ao imenso município de Lençóis;

como a criação de um núcleo colonial na serra dos Agudos.

“(…) Em terrenos da nação a fim de catequizar os índios que tem devassado as matas prejudicando os moradores dela (...)”. (Brasil 2, 1889).

Ou a construção de capelas como na sessão de 05 de março de 1889:

“ Pelo vereador Faustino Ribeiro da Silva foi indicado que pedisse uma cota a Assembléia Provincial para criação de duas capelas uma no lugar denominado Santa Rosa e outra Bahuru, ambas neste município”. (Brasil 3, 1889).

A melhoria e crescimento desses bairros representava a formação de novas vilas e cidades. Para tanto o patrimônio doado precisava ser ocupado necessitando seu arruamento. Em 10 de novembro de 1895 a Câmara de Lençóis indica o capitão da guarda nacional Fortunato Freire de Oliveira Penteadado como arruador e fiscal interino. (Marco 13, 1978).

A 14 de novembro de 1895 é criado o Distrito Policial de São Paulo dos Agudos.

Para efetivação da paróquia, mais uma vez Faustino intervém, solicitando-a em 1898, não sem certa dose de impaciência:

“Ilmo. e Rvmo. Sr. Cônego Ezequias Galvão de Fontoura.

M.D. Vigário Capitular. São Paulo.

Eu, abaixo assinado, Faustino Ribeiro, tendo feito a doação do patrimônio de São Ribeiro dos Agudos o que constituindo hoje uma florescente povoação, com elementos próprios e grande vitalidade, com mais de cento e oitenta casas, uma população numerosa etc. e sentindo-se no lugar a grande falta de um Sacerdote, venho hoje juntar o meu pedido a petição a V. Excia. Rvma. enviada pelos moradores do lugar para a criação da Paróquia de São Paulo de Agudos. Se algum valor tem doação por mim feita para o mesmo patrimônio, eu peço a V. Excia. Rvma. que a

tomeis em consideração. São Paulo dos Agudos, 21 de maio de 1898. a) Faustino Rbº da S.a." (Marco 13, 1978).

Sua força de pressão política devia ser grande já que no mesmo ano é criada a Paróquia.

O próximo passo seria trazer para Agudos a Sede Municipal, conseguida pela lei estadual Nº 543 de 27 de julho de 1898.

A sede da comarca se faria pela lei Nº 635 de 22 de julho de 1899, a mesma que mudaria o status de vila à cidade.

A rapidez com que todo esse processo se dá, de bairro rural à sede de comarca, denota a velocidade com que o Estado de São Paulo estava sendo ocupado pela onda verde do café, só na última década do século XIX 41 cidades são formadas (Monbeig 17, 1984). Bairros que não passavam de conjuntos de sítios sem qualquer expressividade tornam-se rapidamente sedes de município com alto faturamento devido a produção cafeeira.

Em cada uma dessas cidades ou regiões escudados por uma política nacional elitista, corrupta, brilham os 'coronéis' que passariam a controlar com mão de ferro o dia-a-dia de suas comunidades.

CONFIGURAÇÃO URBANA

O arruador indicado para demarcação da cidade de Agudos utilizou-se, como era regra, o Código de posturas da cidade de Lençóis, este por sua vez era baseado no da cidade de Botucatu.

A nosso ver a insistência em que essas normas eram reproduzidas, em geral com ligeiras adaptações, geraram, nesta região, cidades com desenho semelhante, absolutamente regulares.

No projeto de lei para Código de posturas da cidade de Lençóis assim estava

disposto o capítulo II, "Da viação e edificação".

"A Câmara Municipal fará levantamento e aprovará um plano geral de viação da vila e povoações, segundo o qual serão abertos, de ora em diante, as ruas e praças. § único: As ruas serão, quanto possível, rectas terão, no mínimo a largura de 16 metros de largura no mínimo 10% de declividade máximo. As praças poderão ter formas e dimensões variadas segundo os fins a que se destinarem e a topografia do terreno". (Brasil 4, 1894).

A tendência das leis favorecerem a regularização dos traçados, vem dos centros mais desenvolvidos, em cujos códigos municipais as cidades menores se baseavam. O código de 1886 da cidade de São Paulo, já define:

"Todas as ruas que se abrirem nesta cidade, ou em outras povoações do município, terão largura de dezesseis metros. As praças e largos serão quadrados, tanto quanto o terreno permitir". (Brasil 9, 1886).

Numa região onde se formavam cidades com incrível rapidez, o xadrez absoluto facilitava o arruamento, em especial porque o mesmo era executado por práticos, raramente agrimensores ou engenheiros.

A transformação da terra em mercadoria favorecia os lotes regulares mais simples de serem medidos, quantificados e portanto vendidos. A própria metrificação ou sistema métrico francês como era chamado começa a ser exigido pelo governo provincial a partir da lei Nº 1.157 de 26 de junho de 1862, como forma de normatizar os vários procedimentos de troca.

Essa regularidade vai ficar patente no arruamento das diversas cidades da região: Bauru, Pirajuí, Presidente Alves, Avaí, Penápolis, Lins e tantas outras, terão a gênese de seu traçado urbano na quadrícula;

muitas sofrerão descaracterização futura, devido aos vários interesses públicos e privados, porém a base sempre será a retícula.

Em Agudos o artuador baseando-se nos pontos cardeais estabelece vias retas (com pequena declinação), no sentido norte/sul, leste/oeste, um perfeito xadrez inserido num retângulo alongado no sentido norte/sul, acompanhando, presumivelmente, os limites da área doada.

Por precaução contra enchentes a primeira via no sentido norte é deixada a algumas dezenas de metros do córrego Bom Sucesso. Outro cuidado foi o de manter a pequena capela já existente dentro de uma quadra com área livre ao seu redor, o chamado largo da capela depois largo São Paulo.

Supomos também que o traçado incorpore antigos caminhos, os de sentido norte/sul, possivelmente reunidos na rua 7 de setembro, e os de leste/oeste, antigas estradas que vinham de Pederneiras e Lençóis pela avenida Augusto Meireles, atual Major Gasparino de Quadros.

No dia 03 de março de 1899 a Câmara Municipal de São Paulo dos Agudos Transforma em lei seu arruamento que devido a importância transcrevemos abaixo:

“Art. 2º - As ruas principais da villa são as que tem direcção de norte e sul e as avenidas são as perpendiculares em relação aquellas.

Art. 3º - As ruas são citadas por presente lei poente para o nascente e ficam denominadas os nomes seguintes: § 1º Rua 7 de setembro; § 2º Rua 13 de maio; § 3º Rua 15 de novembro; § 4º Rua José Bonifácio; § 5º Rua General Ozório; § 6º Rua Marechal Floriano; § 7º Rua Andrade Neves.

Art. 4º - As avenidas citadas do norte para o sul ficam assim denominadas; § 1º Avenida Fernando Machado; § 2º Avenida dos Lavradores; § 3º Avenida Dom Joaquim Vieira; § 4º Avenida Augusto Meirelles; § 5º Avenida

Marechal Bittencourt; § 6º Avenida Coronel Piedade; § 7º Avenida Antônio Bento; § 8º Avenida Silva Jardim; § 9º Avenida Gonçalves Dias; § 10º Avenida Carlos Gomes; § 11º Avenida Faustino Ribeiro; § 12º Avenida Rangel Pestana; § 13º Avenida Castro Alves.

Art. 5º - O largo entre as 13 de maio e 15 de novembro e as avenidas Fernando Machado e Lavradores fica denominado Largo de São Paulo.

Art. 6º - O largo entre as ruas 7 de setembro e 13 de maio e as avenidas Coronel Piedade e Antônio Bento, fica denominado Praça Tiradentes.

Art. 7º - O largo entre as ruas General Ozório e Marechal Floriano e as avenidas Marechal Bittencourt e Coronel Piedade fica denominado Largo da matriz. (...)” (Brasil 5, 1899).

Portanto, uma das primeiras medidas da Câmara Municipal de São Paulo dos Agudos é oficializar por lei o solo em que a cidade seria erguida. É claro o teor positivista, científico e racional da medida.

Da mesma forma, a denominação das ruas e avenidas denota total vínculo com ideais e personalidades republicanas.

Por crença ideológica ou oportunismo adesista isto talvez explique porque os coronéis de Agudos conseguiram tão rapidamente elevar seu povoado a sede de comarca.

A pré-denominação de todas as vias era prática inexistente nas antigas cidades e inusual mesmo nas novas, nas primeiras as ruas tinham relacionamento direto com as atividades de seus moradores (ruas dos ferreiros, ourives, latoeiros etc), sua forma (rua direita), localização (rua de baixo, de cima, do porto etc); nas segundas usavam-se denominações provisórias até que, via de regra, nomes próprios iam sendo atribuídos conforme ia se dando a ocupação dos logradouros.

Observa-se também a preocupação no estabelecimento de áreas públicas, 3 praças

ao todo. E mais, já definindo entre elas uma para futura matriz, área esta jamais ocupada para este fim. Racionalmente, desconsidera-se o local da antiga capela em busca de outro em melhores condições topográficas.

Na lei de 08 de março de 1899 é demarcado o perímetro da vila e também a dimensão das quadras e lotes:

“Art. 2º - Os terrenos do patrimônio serão concedidos em datas que terão vinte e dois metros de frente para as ruas e quarenta e quatro metros de fundos.

Art. 3º - O perímetro urbano do município divide-se em quarteirão de 88 metros em quadra, por meio de ruas e avenidas. § Único. As ruas e avenidas terão a largura mínima de 13.20 metros e serão perpendiculares entre si.

Art. 4º - Não será permitida a divisão de terreno em praças, ruas e avenidas sem que primeiramente seja apresentada à intendência municipal a respectiva planta e requerida a necessária licença, que será negada se as ruas, avenidas e praças apresentarem ângulos inconvenientes em seus alinhamentos ou se opuserem ao plano geral de alinhamento organizado pela municipalidade. § Único. O infractor das disposições antecedentes incorrerá na multa de 50\$000, além da obrigação de fazer cessar a infração.” (Brasil 5, 1899).

As datas deveriam ter suas testadas de frente para as ruas e as laterais para as avenidas, talvez ainda com base nas antigas cidades onde as testadas davam para as ruas e as laterais para as travessas.

As datas de grandes dimensões, 22 x 44m, 968m², com o passar do tempo acabarão sendo subdivididas, transformadas em lotes menores. As de esquina possibilitarão sua divisão numa maior quantidade de lotes, em especial nas avenidas de importância comercial. Com o passar do tempo será difícil encontrar-se datas íntegras devido a sucessivos desmembramentos.

A ESPERA DA FERROVIA

Até a chegada das duas ferrovias, Sorocabana e Paulista, no ano de 1903 a cidade cresce de forma lenta e precária. Poderíamos compará-la com grande acompanhamento de feições improvisadas a espera da ferrovia que nesse período servia como “âncora” para o crescimento da cidade. Outras tantas cidades passarão pela mesma expectativa, Bauru foi uma delas. Vários núcleos urbanos nunca chegaram a se desenvolver devido a demora da ferrovia, a vizinha vila de Fortaleza florescerá e desaparecerá em poucos anos, perdendo moradores para Agudos e Bauru.

As ferrovias implantavam-se em territórios cuja reserva de área estava assegurada pela lei estadual, porém os revezes econômicos e políticos poderiam modificar o traçado das mesmas, isso representaria a diferença entre o desenvolvimento ou o ocaso para essas pequenas localidades.

A vida urbana de São Paulo dos Agudos seguia morosamente, o largo de São Paulo, com sua capela era o centro da cidade, ao seu redor e alcançando em pouca extensão as Ruas 13 de maio e 7 de setembro construções residenciais e mistas, pequenos hotéis, negócios de secos e molhados, um ou outro açougue. Bem distante desse núcleo o cemitério, que se transferirá na primeira década para a região mais próxima, porém ainda conforme as regras sanitárias do século XIX, com afastamento seguro para se evitar os “miasmas”. Também a relativa distância situavam-se a Cadeia Pública e o Matadouro.

Os serviços urbanos se resumiam a capinação de terrenos, extermínio de formigueiros, enterramento de cães, conserto de estradas rurais, confecção de uns poucos metros de guia e a construção de arrimo de

pedras no Largo de São Paulo e um bueiro numa das avenidas. (Brasil 8, 1957).

A tipologia das construções pelo que se pode depreender das fotos publicadas num antigo jornal, hoje destruídas, eram próximas daquelas mais simples, de porta e janela, existentes nas cidades coloniais (Reis Filho 18, 1978). Não devemos nos esquecer que o elemento mineiro estava presente em grande quantidade; essas edificações de cunho tradicional exigiam pouca tecnologia e materiais fáceis de se conseguir.

Da mesma maneira que se constata em Bauru, elas não se adaptam muito bem as grandes datas de 22 x 44m, planejadas que eram para terrenos de pequena testada. Em geral as construções são erguidas dentro dos antigos padrões com "sobras" de terreno para os lados.

A capela era muito rústica, duas águas, telhas capa e canal e com paredes provavelmente em taipa. Tinha o campanário de madeira numa lateral e uma pequena estrutura que servia como coreto em outro. O Largo era um descampado de terra batida utilizado para as festas religiosas, procissões, quermesses, um espaço de transição do sacro ao profano.

A CHEGADA DA FERROVIA

A racionalidade da malha urbana vai ser quebrada com a chegada das ferrovias, em particular a estrada de ferro Sorocabana. Esta se implantará ao sul do Largo de São Paulo, cota 600m, no meio do traçado urbano, cruzando-o no sentido leste/oeste, ocupando uma área de 88 metros, entre as Avenidas Gonçalves Dias (atual Sargento Andirás) e Carlos Gomes. Até então o arruamento não apresentava qualquer impedimento físico natural ou não, em toda sua extensão.

A Companhia Paulista de Estradas de

Ferro situar-se-á à norte após o córrego Bom Sucesso, cota 585m, fora dos limites da cidade, com seus trilhos correndo também em direção leste/oeste.

O "diálogo" entre as duas estações se dará de forma perfeita, uma frente à outra, porta a porta, embora distantes aproximadamente 1000 metros. A Rua 13 de maio será a linha condutora desse "diálogo visual", criando um eixo que leva o olhar em perspectiva aos dois extremos.

Com certeza essa implantação foi cuidadosamente pensada pelos engenheiros das ferrovias em função da importância do encontro das duas empresas em uma única cidade interiorana.

"A chegada da Sorocabana em Bauru trazia, por conseguinte, o encontro das duas estradas em Agudos. Não se alarmou a Paulista. Longe de encontrar inconveniências, descobriu vantagens, principalmente de ordem pública, nessa aproximação de dois grandes sistemas de viação em ponto tão afastado do litoral, estabelecendo fácil comunicação entre o sul e o oeste do Estado, permitindo e estimulando as relações do comércio inter-regional, já que uma das mais sensíveis lacunas do desdobramento de nossa rede era, sem dúvida, a falta de meios de comunicação entre zonas servidas pelos grandes sistemas de viação do Estado. Nessas condições, o encontro das duas linhas em Agudos representava, incontestavelmente, mais um processo para o desenvolvimento econômico de São Paulo, que em sua natural tendência para expansão, não haveria de viver sempre exclusivamente à custa da corrente de relações com a capital e o porto de Santos." (Matos 16, 1974).

O corte efetuado pela Sorocabana em solo urbano criará um setor imobiliariamente mais valorizado, entre as estações, e um menos valorizado além dos trilhos da Sorocabana onde se formarão os primeiros bairros populares.

Deve-se ressaltar a importância da ferrovia para essas pequenas comunidades,

em especial para os latifundiários que mandavam em sua câmara a ponto de permitirem o desmembramento do arruamento em duas partes. Mesmo que a área, ao sul da Sorocabana, não tivesse ocupação alguma, era parte integrante do traçado urbano. O cruzamento entre os dois setores passa a ser feito por um pontilhão, sobre o leito rebaixado da linha, na Rua 7 de Setembro, que há muito tempo era o caminho para as grandes fazendas de café, entre elas a São João.

A localização da Paulista além do córrego Bom Sucesso, área brejosa, descontínua do traçado urbano, fará com que a importância de seu entorno seja menor, ao contrário da Estação Sorocabana que atrairá para si o comércio e serviços.

Essa importância é reforçada pela desapropriação de alguns lotes nas quadras frontais para a formação de um Largo em forma de "V" que ampliará o ângulo de visualização do prédio pela rua 13 de maio. Esse espaço será batizado de Alfredo Maia em homenagem ao superintendente da estrada de ferro.

Após a chegada das ferrovias a aplicação dos lucros do café no solo urbano se mostram extremamente vantajosos através da compra de datas e glebas para reserva ou uso. Agora dispendiosas construções poderiam ser executadas sem que o investimento se perdesse. Também a infra-estrutura urbana passa a ser fonte de ganhos certos: água e esgoto, energia elétrica, telefone, emplacamento e numeração de ruas, serão implantados em poucos anos através de concessões públicas e financiados pelos lucros de café.

Novas vias são abertas além do arruamento inicial indicando a presença da especulação imobiliária e a necessidade de abrigar o grande fluxo de novos moradores, em especial imigrantes, com poucas

condições de comprarem datas em áreas nobres. A Rua 2 de agosto (atual Tenente Caetano Bueno) e 29 de julho estão entre elas. Para esse setor mais pobre da cidade é proposto ainda uma praça, a atual Santo Antônio:

"Lei 14 de janeiro de 1905.

Art. 1º - Fica denominada 2 de agosto a rua paralela a 7 de setembro e a imediata no mesmo sentido 29 de junho.

Art. 2º - Fica considerado logradouro público o quarteirão situado entre as Ruas 7 de setembro e 2 de agosto e as Avenidas Rangel Pestana e Faustino Ribeiro.

Art. 3º - O quarteirão referido ficará convertido em praça com a denominação de 20 de fevereiro." (Brasil 5, 1905).

A rua 13 de maio no espaço compreendido entre o Largo de São Paulo, atual Praça Benedito Otoni, se converte aos poucos em área de moradias elegantes e local do hotel mais sofisticado da região.

No final da primeira década do século a nova matriz é inaugurada em frente a praça e a antiga capela é demolida. Logo o largo é urbanizado ganhando contornos românticos dentro da concepção dos espaços públicos na virada do século. Dessa maneira o largo que ainda guardava traços sacros os perde por completo transformado no típico jardim público republicano.

Devido ao crescimento da Rua 13 de maio, enquanto via comercial e de prestação de serviços, uma outra área pública, já reservada no arruamento da cidade, a Praça Tiradentes, se torna espaço vital entre o largo de São Paulo e a estação Sorocabana. Ao centro dele será construída a nova Cadeia Pública, ao seu redor se instalarão o imponente grupo escolar e o Teatro São Paulo, depois Cine Teatro São Paulo, espaço múltiplo para a projeção de filmes, peças teatrais, formaturas, manifestações políticas e bailes.

Até o "Crack" da Bolsa de valores de Nova York e a conseqüente desvalorização do café, o patrimônio será quase todo ocupado, a partir daí, a economia de Agudos extremamente dependente da lavoura cafeeira decai sensivelmente. Outro fator que influenciará no declínio de Agudos será a vizinha Bauru que também surge em função do café, mas que devido ao cruzamento de 3 ferrovias em seu solo: Sorocabana, Paulista e Noroeste do Brasil alicerça sua economia no comércio e serviços. A competição será fatal e Agudos jamais voltará a ter a vitalidade dessas três primeiras décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- BRASIL, Atas; "Da Câmara de Lençóis". De vinte e nove de janeiro de 1887, pertencentes ao arquivo do Museu Municipal de Bauru, Lençóis Paulista, 1889.
- 2- BRASIL, Atas; "Da Câmara de Lençóis". De quatro de março de 1889, pertencentes ao arquivo do Museu Municipal de Bauru, Lençóis Paulista, 1889.
- 3- BRASIL, Atas; "Da Câmara de Lençóis". De cinco de março de 1889, pertencentes ao arquivo do Museu Municipal de Bauru, Lençóis Paulista, 1889.
- 4- BRASIL; "Projeto de lei para Código de Posturas de Lençóis". 1894, arquivo de documentos da Câmara Municipal de Agudos.
- 5- BRASIL; "Livro de registro das leis da Câmara Municipal de Agudos". Arquivo da Biblioteca Municipal de Agudos.
- 6- BRASIL; "Relação dos bens rústicos existentes na vila de Itapetininga em 1817". Maço nº20, arquivo do Estado. Transcrito do Jornal Correio da Noroeste de 15 de junho de 1943. Museu Municipal de Bauru.
- 7- BRASIL; "Jornal do Correio Noroeste". Edição extraordinária da cidade de Agudos, abril de 1947, cópia da biblioteca Municipal de Agudos, 1947.
- 8- BRASIL; "Recortes avulsos do Jornal Correio Noroeste". Datados de setembro, outubro e novembro de 1957, pertencentes ao arquivo de José Fernandes. Museu municipal de Bauru, 1957.
- 9- BRASIL; "Código de posturas da cidade de São Paulo". 1886, cópia biblioteca, Fau- USP, 1886.
- 10- ELLIS Júnior, Alfredo; "O café e a paulistânia". São Paulo, publicação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1951.
- 11- GHIRARDELLO, Nilson; "Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru". Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1992.
- 12- MARCO, Fausto de; "Opúsculo comemorativo da Paróquia de São Paulo Apóstolo". Gráfica Bauru, 1978.
- 13- MARX, Murillo; "Cidade no Brasil, Terra de quem?". São Paulo, Edusp/Nobel, 1991.
- 14- MARX, Murillo; "Nosso chão: Do Sagrado ao profano". São Paulo, Edusp/Nobel, 1991.
- 15- MATOS, Odilon de. "Café e Ferrovia, a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira". São Paulo, Editora Alfa Omega, 1974.
- 16- MONBEIG, Pierre; "Pioneiros e fazendeiros de São Paulo". São Paulo, Hucitec-Polis, 1984.

17- REIS FILHO, Nestor Goulart; "Quadro Arquitetura no Brasil". São Paulo, Perspectiva, 1978.

18- ROCHA, José Carlos; "Agudos, retrato do Brasil". Bauru, USC, 1988.

19- ROCHA, José Carlos; "Agudos, seu passado, sua gente". Uma perspectiva para futuras gerações, Bocaina, gráfica Art Nosde, 1993.

20- SILVA, Alcides; "Roteiro histórico, uma cidade uma instituição". Bauru, tipografia comercial, 1957.